



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PARECER N.º                   , DE 2015 – CN**

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o AVN nº 8, de 2015-CN, que “Encaminha, em cumprimento à Lei nº 11.887/08, art. 10, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 1º trimestre de 2015”.

Relator: Deputado **LELO COIMBRA**

## **I. RELATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no art.10 da Lei nº 11.887/2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB, e dá outras providências, e no art. 11, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009, que o regulamenta, o Ministério da Fazenda encaminhou ao Congresso Nacional, em 9 de junho de 2015, o relatório de desempenho do FSB relativo ao primeiro trimestre de 2015.

O FSB é um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, cuja finalidade é a de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior. Trata-se originalmente de fundo com caráter anticíclico, formador de poupança pública em períodos nos quais as metas fiscais são superadas ou quando o governo brasileiro deseja aportar recursos para os fins aos quais se destina.

O Decreto regulamentador determinou (art. 3º) que as aplicações do FSB em ativos financeiros no Brasil deverão ter rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

De acordo com relatórios elaborados pelo Tesouro Nacional, o FSB teve como aporte inicial a emissão de 10.201.373 títulos do Tesouro Nacional, em 30/12/2008, totalizando R\$ 14,244 bilhões a preços de mercado, aplicados integralmente no Brasil, no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, também criado pela Lei 11.887/2008.

Em 2009 os recursos foram mantidos em títulos públicos federais e operações compromissadas com o Banco Central do Brasil. Em 2010, parte dos recursos foi destinada ao mercado de ações. Decisões sucessivas definiram a participação da União em oferta pública de ações de emissão do Banco do Brasil S.A., com a subscrição pelo FFIE de 62.500.000 ações; a aquisição de 77.641.422 de ações ordinárias da Petrobras junto à Caixa Econômica Federal; e a



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

participação na oferta pública da Petrobras, tendo subscrito 428.010.863 ações, entre ordinárias e preferenciais. Ao final de 2010, 10,02% do FFIE estava alocado em operações compromissadas; 89,98% em ações, sendo 56,01% em ações ordinárias da Petrobras (PETR3), 23,50% em ações preferenciais da Petrobras (PETR4) e 10,46% em ações ordinárias do Banco do Brasil S/A (BBAS3); além de um percentual pequeno de Letras do Tesouro Nacional (LTN).

Em 2011 os recursos do Fundo Soberano do Brasil continuaram integralmente aplicados em cotas do FFIE com saldo ao final de dezembro de R\$ 15,546 bilhões, sendo 82,77% investidos em ações (Banco do Brasil 9,53% e Petrobras 73,24%); 17,12% em operações compromissadas e 0,11% em outros ativos.

Ao final de 2012 houve mudanças na composição do portfólio do FFIE. A União permutou, com base em despacho do Ministro da Fazenda de 30 de agosto de 2012, 48.150.000 ações ordinárias do Banco do Brasil de sua titularidade, por 51.853.846 ações ordinárias da Petrobras, de titularidade do FFIE. Outra operação, no valor de R\$ 8,83 bilhões, ocorreu em 28 de dezembro de 2012, quando ações da Petrobras em poder do FFIE até esse limite foram permutadas por títulos públicos federais em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O patrimônio líquido do FFIE recuou para R\$ R\$ 2,627 bilhões em 31/12/2012, seguindo-se ao resgate de cotas pelo Tesouro Nacional no valor de R\$ 12,4 bilhões naquela data, e esses recursos foram aplicados em subconta remunerada do Fundo Soberano do Brasil na Conta Única do Tesouro Nacional. Esse montante correspondeu ao resgate antecipado, pelo Tesouro Nacional, dos títulos públicos recebidos pelo FFIE do BNDES, somados a outros ativos de renda fixa existentes na carteira do FFIE.

Em dezembro de 2014, o patrimônio líquido do Fundo Soberano do Brasil era de R\$ 18,384 bilhões com ganho, de 10,29% – frente aos R\$ 16,678 bilhões de 31/12/2013. Em 31 de março de 2015, o patrimônio líquido chegou a R\$ 18,859 bilhões, com rentabilidade global de 2,59% no trimestre. O desempenho no trimestre decorreu da alocação dos dividendos e juros sobre capital próprio originário da carteira de ações em títulos públicos; valorização de 3,31% dos recursos aplicados na Conta Única. A rentabilidade da carteira de ações foi negativa em 1,65% em função da variação no valor de mercado das ações e do recebimento de proventos originários dessas participações.

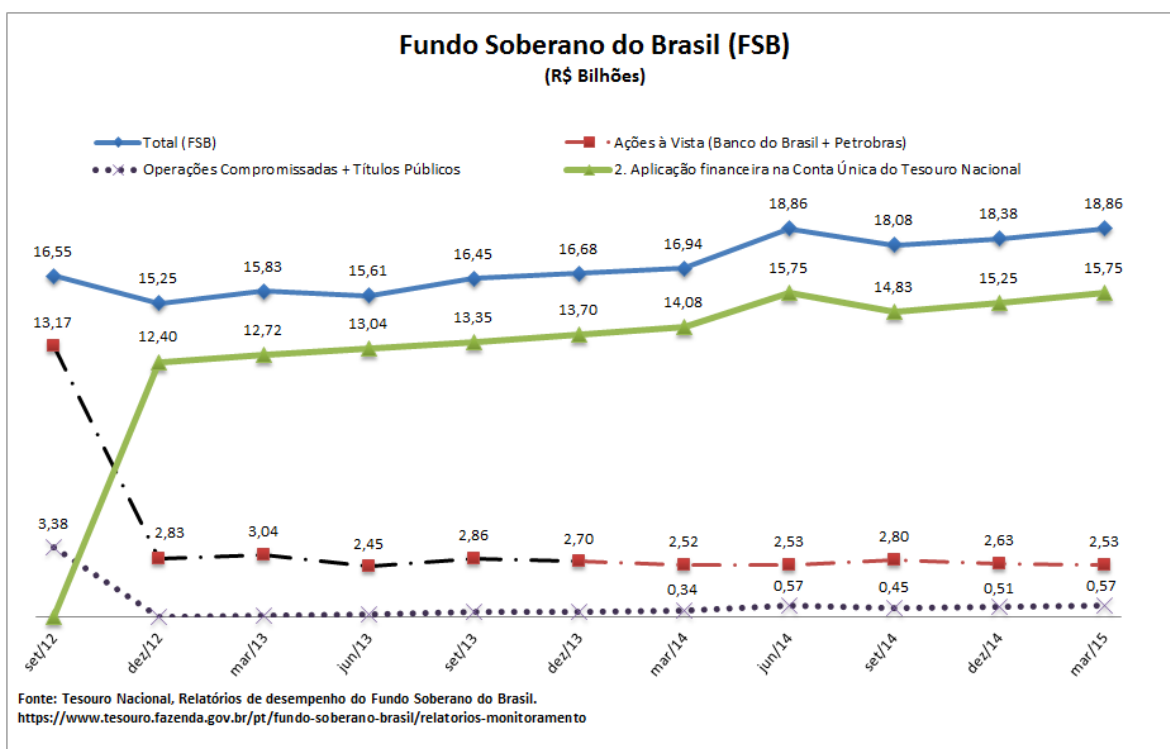
Os ativos do FSB, ao fim de março de 2015, apresentavam a seguinte composição: 83,54% em aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional; 13,44% em ativos de renda variável (ações ordinárias do Banco do Brasil (BBAS3)); 2,8% em aplicações de renda fixa, e 0,22% em operações compromissadas e outros ativos.



## II – ANÁLISE

O Fundo Soberano do Brasil e o fundo privado cujas cotas integralizou em dezembro de 2008 (FFIE) têm ficado restritos, dentro do período que nos coube examinar, a suas finalidades de formar poupança pública (quando do aporte inicial), promover investimentos no Brasil, ainda que apenas voltados para empresas de economia mista e, com o importante resgate de cotas do FFIE realizado em dezembro de 2012, a mitigar os efeitos do ciclo econômico, neste caso atenuando a necessidade de contração das despesas públicas.

A evolução da composição dos ativos do FSB está ilustrada no gráfico abaixo. As ações à vista remanescentes em março de 2015 são do Banco do Brasil S.A.



O art. 3º do Decreto 7.055/2009 determina que as aplicações em ativos financeiros do FSB no Brasil deverão ter rentabilidade mínima equivalente à TJLP.

A Taxa de Juros de Longo Prazo esteve fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 6,25% a.a. até junho de 2009, e em 6% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012, em 5,5% a.a. de julho a dezembro de 2012, em 5% a.a. de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 e elevou-se para 5,5% a. a. entre janeiro e março de 2015.



## CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Em 2010, a rentabilidade dos ativos do fundo foi de 14,78%. Em 2011, foi negativa, da ordem de (-) 17,15%. Em 2012, também negativa em (-) 1,88%. Em 2013, rentabilidade positiva de 9,5% e em 2014, de 10,29%. A rentabilidade acumulada nos 12 meses encerrados em 31 de março de 2015 foi de 11,37%, e de 2,59% considerando-se apenas o último trimestre. Desde sua criação, até março de 2015, a comparação entre o que teria representado o FSB capitalizado pela TJLP e o que de fato resultou está no gráfico abaixo, que consta do Relatório de Desempenho referente ao 1º trimestre de 2015.



### III – VOTO

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, consoante o aviso AVN nº 8, de 2015-CN e, uma vez não existirem providências de outra natureza a serem tomadas, determine o arquivamento dos citados documentos.

Sala da Comissão Mista, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Deputado **LELO COIMBRA**  
Relator